

RESSALVA

Atendendo a solicitação do autora, o texto completo deste documento será disponibilizado somente a partir de 27/02/2026.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA

**Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo: um diagnóstico das
reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas
em Física na Unesp**

Larissa Gonçalves Faria Rocha

Bauru
2025

Larissa Gonçalves Faria Rocha

Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo: um diagnóstico das reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas em Física na Unesp

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, área de concentração Ensino de Ciências e Matemática, sob orientação da Profa. Dra. Assoc. Deise Aparecida Peralta.

Bauru

2025

R672r	Rocha, Larissa Gonçalves Faria Reconhecimento ao Potencial Redistributivo : um diagnóstico das reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas em Física na Unesp / Larissa Gonçalves Faria Rocha. -- Bauru, 2025 100 p. : il., tabs. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Bauru Orientadora: Deise Aparecida Peralta 1. Gêneros. 2. Justiça Social. 3. LGBTQIAPN+. 4. Licenciatura em Física. 5. Nancy Fraser. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LARISSA GONÇALVES FARIA ROCHA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LARISSA GONÇALVES FARIA ROCHA, intitulada **Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo: um diagnóstico das reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas em Física na Unesp**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. DEISE APARECIDA PERALTA (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Economia, Administração e Educação / Unesp / Câmpus de Jaboticabal, Profa. Dra. ANA PAULA LEIVAR BRANCALEONI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Economia, Administração e Educação / Unesp / Jaboticabal, Prof. Dr. PAULO GABRIEL FRANCO DOS SANTOS (Participação Virtual) do(a) Faculdade UnB Planaltina / Universidade de Brasília - UnB. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADO . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. DEISE APARECIDA PERALTA



Documento assinado digitalmente
DEISE APARECIDA PERALTA
Data: 05/03/2025 17:05:09-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Àquelus que anseiam por justiça social
em seus desejáveis horizontes.

AGRADECIMENTOS

ÀQUELUS QUE ME AJUDAM A VIVER, PARA ALÉM DE R(EXISTIR)

*Se vou levar uma vida boa, vai ser uma vida vivida com outres, uma vida
que não é uma vida sem essus outres; não vou perder essu eu que sou;
seja quem eu for, serei transformade pelas minhas conexões com ês outres,
uma vez que a minha dependência de outre e a minha confiança são
necessárias para viver e para viver bem.¹*
Judith Butler

Ao escrever esses agradecimentos percebo a sorte que possuo em hoje ser rodeado de amor, afeto e respeito, algo que, infelizmente, ainda é raridade para pessoas da comunidade LGBTQIAPN+.

Inicialmente, agradeço ao meu pai, Arquiteclino, à minha mãe, Cláudia, e ao meu irmão, Lauro. Mesmo com todos os percalços e divergências, vocês nunca deixaram de me apoiar de todas as formas possíveis, mostrando-me que o amor pode sim, se todes estiverem disponíveis e com muita dedicação, superar as diferenças.

Também agradeço ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo (NIPAC), por, mais que um grupo de pesquisas e estudos, serem uma rede de afetividade. Em especial, à minha querida orientadora, Profa. Dra. Deise Aparecida Peralta, por ter apostado e confiado em mim durante o meu processo de mestrado, o meu constituir-se enquanto pesquisadore. Estendo esses agradecimentos às também pesquisadoras do NIPAC, Arth e Yudi, por, talvez sem mesmo perceberem, entre conversas profundas sobre gêneros e karaokês um tanto quanto vergonhosos após as reuniões, terem me acolhido enquanto pessoa não-binária e me nutrido de força e inspiração: essa, sem dúvidas, é uma conquista nossa.

Agradeço, com muito amor, a todes amigues que me acompanharam durante esse processo, em especial, à Gabrielle Cassemiro, Denisson Guimarães, Helena Carrara e Edriely Oliveira. Seja em chamadas de vídeo para superar a distância, em cafezinhos ou *coworkings* para fazer companhia durante o estudo, cada ume, à sua maneira, fez-se presente: cada passo meu carrega um pouco de vocês. Obrigade por sonharem os meus sonhos, chorarem os meus choros e comemorarem as minhas conquistas.

¹Adaptado para a linguagem neutra seguindo o Manual de Linguagem Neutra em Língua Portuguesa e o Manual de Imprensa “Comunicação para Todes, Todas e Todos”, que são as referências utilizadas para a linguagem neutra nesta dissertação.

Conjuntamente, a essas amigadas, agradeço à minha veterana da Licenciatura em Física que, para a minha sorte, cruzou novamente o meu caminho no dia do processo seletivo para o ingresso no mestrado e segue comigo para o ingresso no doutorado: Maria Lara, “minha duplinha”. Viver a pós-graduação sempre foi um grande sonho na minha vida, mas ele tem feito muito mais sentido sendo experienciado e vivenciado com você. Obrigade pela parceria, apoio, incentivo e carinho durante todo esse processo, mas, sobretudo, obrigade por sonhar comigo.

Por fim, com muito carinho, agradeço a minha psicóloga, Camila Bruna, que me acompanha desde os anos iniciais da graduação. Em todos esses anos de acompanhamento aprendi muito sobre mim e sobre a vida que quero ter, mas, essencialmente, aprendi a confiar em mim, a me permitir sonhar, e, principalmente, a viver, para além das cobranças por perfeccionismo e produtividade. Sem os aprendizados que obtive e o acolhimento que recebi, não seria possível que aquele jovem de 20 anos conseguisse concluir mais uma etapa tão sonhada e se permitisse vislumbrar os próximos passos.

E lhes digo isto a partir de minha posição de trans, um corpo não binário que teve que se transformar para poder sair de sua velha “jaula” e sobreviver inventando, dia após dia e de forma precária, outras práticas de liberdade. Se eu considerar minha evolução e seu ponto atual, não posso reclamar nem me contentar com ela. Ainda há muito o que fazer.

Paul B. Preciado

ROCHA, Larissa Gonçalves Faria. **Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo: um diagnóstico das reivindicações LGBTQIAPN+ em documentos curriculares das Licenciaturas em Física na Unesp** 100 p. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2025.

RESUMO

Esta dissertação relata o desenvolvimento de uma pesquisa que, durante o Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, se fez requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. A presente investigação pretende responder à seguinte questão: a institucionalização de políticas voltadas para as diversidades na Unesp têm chegado aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Licenciatura em Física no que diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+? Objetiva-se diagnosticar de que forma esta política se faz presente na formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de gêneros e sexualidades, em uma perspectiva da teoria bidimensional de Nancy Fraser. Para tanto, os caminhos metodológicos consistem em, a partir de análise documental, considerando as dimensões de Reconhecimento e Redistribuição propostas por Fraser, mais especificamente, caracterizar a institucionalização dessas políticas na Unesp e avaliar se estas têm chegado aos novos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física, vigentes a partir de 2023, após a reestruturação/alteração curricular decorrente da demanda da curricularização da extensão. Os resultados indicam que, embora o reconhecimento venha sendo atendido pela Unesp, esta política ainda não tem adentrado os documentos curriculares de formação inicial de professorias, o que entendemos que teria potencial para se constituir em um remédio transformativo.

Palavras-chave: Gêneros. Justiça Social. LGBTQIAPN+. Licenciatura em Física. Nancy Fraser.

ROCHA, Larissa Gonçalves Faria. **From Recognition to Redistributive Potential: a diagnosis of LGBTQIAPN+ claims in curricular documents for Physics Degrees at Unesp**. 100 p. 2025. Dissertation (Master in Education for Science) – São Paulo State University, Bauru, 2025.

ABSTRACT

This dissertation reports the development of research that, during the Academic Master's Degree in the Postgraduate Program in Education for Science, was a partial requirement for obtaining the Master's degree. The present investigation aims to answer the following question: has the institutionalization of policies aimed at diversity at Unesp reached the Pedagogical Political Projects (PPPs) of Physics Degree courses with regard to the LGBTQIAPN+ community? The objective is to diagnose how this policy is present in the initial training of Physics teachers, with an emphasis on issues of gender and sexualities, from a perspective of Nancy Fraser's two-dimensional theory. To this end, the methodological paths consist of, based on documentary analysis, considering the dimensions of Recognition and Redistribution proposed by Fraser, more specifically, characterizing the institutionalization of these policies at Unesp and evaluating whether they have reached the new PPPs for Physics Degree courses, in force from 2023, after the curricular restructuring/change resulting from the demand for the curricularization of the extension. The results indicate that, although recognition has been met by Unesp, this policy has not yet entered the curricular documents for initial teacher training, which we understand would have the potential to constitute a transformative remedy.

Keywords: Degree in Physics. Genres. LGBTQIAPN+. Nancy Fraser. Social Justice.

ROCHA, Larissa Gonçalves Faria. **Del Reconocimiento al Potencial Redistributivo: un diagnóstico de las reivindicaciones LGBTQIAPN+ en los documentos curriculares de las carreras de Física de la Unesp.** 100 p. 2025. Disertación (Maestría en Enseñanza de las Ciencias) - Universidad Estatal de São Paulo, Bauru, 2025.

RESUMEN

Esta disertación da cuenta del desarrollo de una investigación que, durante la Maestría Académica en el Programa de Posgrado en Educación para las Ciencias, fue requisito parcial para la obtención del título de Maestría. La presente investigación tiene como objetivo responder a la siguiente pregunta: ¿la institucionalización de políticas orientadas a la diversidad en la Unesp ha llegado a los Proyectos Políticos Pedagógicos (PPP) de las carreras de Licenciatura en Física con respecto a la comunidad LGBTQIAPN+? El objetivo es diagnosticar cómo esta política está presente en la formación inicial de profesores de Física, con énfasis en cuestiones de género y sexualidades, desde una perspectiva de la teoría bidimensional de Nancy Fraser. Para ello, los caminos metodológicos consisten en, a partir del análisis documental, considerar las dimensiones de Reconocimiento y Redistribución propuestas por Fraser, más específicamente, caracterizar la institucionalización de esas políticas en la Unesp y evaluar si han alcanzado las nuevas PPP para las carreras de Licenciatura en Física, vigentes a partir de 2023, luego de la reestructuración/cambio curricular resultante de la demanda de curricularización de la extensión. Los resultados indican que, si bien ha tenido reconocimiento por parte de la Unesp, esta política aún no ha ingresado en los documentos curriculares para la formación inicial docente, lo que entendemos tendría el potencial de constituir un remedio transformador.

Palabras clave: Géneros. Justicia Social. LGBTQIAPN+. Licenciatura en Física. Nancy Fraser.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Coletividades sociais sob a perspectiva de Nancy Fraser.....	28
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Injustiças de âmbito cultural e econômico.....	25
Quadro 2 -	Conjunto de remédios para as injustiças.....	26
Quadro 3 -	Categorização dos remédios para Justiça Social em Nancy Fraser.....	30
Quadro 4 -	Base inicial de dados para a reconstrução da institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp em sua história recente.....	45
Quadro 5 -	Divisão dos documentos por temáticas centrais.....	48
Quadro 6 -	Iniciativas mapeadas pelo projeto Educando para a Diversidade.....	55
Quadro 7 -	Caracterização quanto ao campus, período e modalidade dos cursos de Física da Unesp.....	71
Quadro 8 -	Palavras selecionadas para análise inicial dos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física.....	73
Quadro 9 -	Segundo momento de análise dos PPPs: buscando por remédios.....	74
Quadro 10 -	Segundo momento de análise do PPPs do curso de Licenciatura em Física de Bauru: buscando por remédios.....	77
Quadro 11 -	Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Guaratinguetá: buscando por remédios.....	80
Quadro 12 -	Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Ilha Solteira: buscando por remédios.....	83

Quadro 13 -	Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Presidente Prudente: buscando por remédios.....	85
Quadro 14 -	Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de Rio Claro: buscando por remédios.....	88
Quadro 15 -	Segundo momento de análise do PPP do curso de Licenciatura em Física de São José do Rio Preto: buscando por remédios.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resoluções e Portarias que contém o termo “diversidade” ou “diversidades” em seu texto na década 2015-2024.....	43
Tabela 2 - Distribuição dos documentos encontrados por ano de publicação.	44
Tabela 3 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Bauru.....	75
Tabela 4 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Guaratinguetá.....	78
Tabela 5 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Ilha Solteira.....	82
Tabela 6 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Presidente Prudente.....	84
Tabela 7 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de Rio Claro.....	86
Tabela 8 - Análise inicial do PPP do curso de Licenciatura em Física do câmpus de São José do Rio Preto.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAFÍS	Centro Acadêmico da Física “Rodrigo Leandro”
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CR	Comissão de Reestruturação
GTCEM	Grupo de Teoria Crítica e Educação em Ciências e Matemática
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis (Transvestigêneros), Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binários
KJ	Coletivo Katherine Johnson
NIPAC	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

PARTE 1 - APRESENTAÇÕES: É PESQUISADORE E A TEORIA	18
1.1 A pessoa por trás da pesquisa, ou, por que essa preocupação?	18
1.2 Reconhecimento e Redistribuição: a teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser.....	23
1.3 Justiça Curricular: um caminho para a Justiça Social	30
1.4 Entre trajetórias e encontros: expressando a questão e os objetivos desta pesquisa	32
PARTE 2 - TRAÇANDO UM DIAGNÓSTICO: ENTRE DOCUMENTOS, COLETIVOS E MEMÓRIAS.....	37
2.1 Os caminhos metodológicos	37
2.1.1 Relacionando o primeiro e o segundo momento: a reestruturação/alteração curricular dos cursos de Licenciatura em Física da Unesp.....	40
2.2 O primeiro momento: caracterizando o histórico da política institucional de reconhecimento às diversidades da Unesp	41
2.2.1 Política de Idiomas	49
2.2.2 Estrutura curricular de cursos de graduação	51
2.2.3 Nome Social	52
2.2.4 Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI)	54
2.2.5 Política Educativa	64
2.2.6 Extensão	66
2.2.7 Concursos Públicos	69
2.3 O segundo momento: analisando os Projeto Político Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Física da Unesp.....	70
PARTE 3 - CONCLUSÕES: UM DIAGNÓSTICO POSSÍVEL	92
3.1 Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo	92
REFERÊNCIAS.....	98

PARTE 1 - APRESENTAÇÕES: É PESQUISADORE E A TEORIA

1.1 A pessoa por trás da pesquisa, ou, por que essa preocupação?

*Não sou um homem. Não sou uma mulher. Não sou heterossexual. Não sou homossexual. Tampouco sou bissexual. Sou uma dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês.*²

Paul B. Preciado

Talvez seja este “não-lugar”, este “não pertencer” de Preciado, o lugar no qual eu me encontre e me reconheça. É de lá, ou, melhor dizendo, é daqui que se origina a intencionalidade da pesquisa que será apresentada neste relatório.

...

É impossível apresentar a minha pesquisa sem antes apresentar quem sou e de onde falo. A minha trajetória, pessoal e acadêmica, e esta pesquisa estão intrinsecamente conectadas, desde antes do ingresso na universidade. Hoje acredito que o tema desta pesquisa foi decidido muito antes da decisão de me tornar pesquisadore. Não era possível dedicar o meu foco principal a outra questão.

Eu sempre tive duas grandes paixões na vida: educação e política! Educação por saber do seu potencial de transformar vidas, já que foi o que aconteceu com a minha família, por meu pai se tornar professor de Matemática e de Física e, com isso, traçar um novo futuro para nós, para além da extrema vulnerabilidade social. Já, política, porque não me havia outra opção, dado o anseio por justiça social, por ser uma pessoa que teve e tem sua existência subalternizada em diversas camadas.

Por sempre me interessar por educação e por meu pai ser professor que, tendo vivenciado na pele a transformação que essa é capaz de gerar, e, juntamente com a minha mãe, se dedicar ao máximo para queês filhes pudessem concluir os estudos, me dediquei muito à escola enquanto criança e adolescente. Participei de diversas olimpíadas de matemática e astronomia, obtendo certificados e menções honrosas em todas, para além de também ter um texto e um desenho publicados em dois livros organizados pela minha cidade natal, Itatiba (SP).

Ao final do Ensino Fundamental, fui selecionade para representar a minha escola, EMEB Profa. Ângela Lygia Parodi Scavone, no concurso “Melhor Estudante

²Adaptado para a linguagem neutra.

da Escola Pública de Itatiba”, uma parceria entre o Rotary Club, a prefeitura e alguns colégios particulares da cidade, que tinha o intuito de conceder bolsas integrais para o Ensino Médio para os cinco estudantes com maiores médias escolares da cidade e com as maiores pontuações na prova elaborada para o concurso. Fiquei em segundo lugar, conquistando uma bolsa de estudos integral para o Colégio Next, onde estudei por todo o Ensino Médio e consegui outra bolsa - que, no caso, não foi utilizada -, por ranking de notas da sala.

Esse fato foi, sem dúvidas, um divisor de águas para mim. Não pontuo isso pela infraestrutura e qualidade excepcionais do colégio, tampouco por este ter parceria com a Google e a Apple, mas sim pelo choque entre as realidades sociais nesta mudança de sistema educacional: do público para o privado; de uma escola que teve que ser interditada por estar afundando em um córrego para um colégio que contava até mesmo com seu próprio observatório.

A percepção desta alteração foi extremamente gritante, mas a minha defasagem ao ingressar no novo sistema e as diferenças culturais e socioeconômicas, o que tornou a experiência dos anos finais da Educação Básica extremamente exaustiva e revoltante, não foram o maior dos problemas. Sem dúvidas, a maior das dificuldades desta fase escolar, foi o fato de eu ser a única pessoa publicamente assumida LGBTQIAPN+ de todas as salas do Ensino Médio do colégio.

A experiência de crianças e adolescentes da comunidade LGBTQIAPN+ na escola quase sempre é traumática, marcada por diversos preconceitos de colegas de turma, professorias, equipe gestora e família, seja por não saberem como e não buscarem acolher ou por de fato serem os agentes diretos destas violências. No meu caso, não foi diferente.

No entanto, eu tive a grande sorte de receber o acolhimento de algumas pessoas em meio a este contexto caótico. A exemplo, meu professor de Filosofia e meu professor de Física - que, não por acaso, se tornaram as matérias mais presentes na minha vida acadêmica.

Ingressei no Ensino Superior em 2019, no curso de Física da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, no campus de Bauru, mesmo local no qual está situado o Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência. Confesso que quando ingressei no curso, que até então era dividido nas modalidades de Licenciatura em Física e Bacharelado em Física dos Materiais, a Licenciatura ainda não era uma certeza para mim, inclusive, cheguei a cursar muitas disciplinas do

Bacharelado, porque, afinal de contas, eu sempre flertei com a Astronomia e a Aeronáutica, fazendo diversos cursos em universidades desde o Ensino Médio. Mas, com o passar do tempo, não era mais esse cosmos o que me encantava.

Ao iniciar a vida universitária, assumi diversos papéis na representação discente³, na representação política. Acredito que por não me ver naqueles espaços, por não me sentir representado, eu tenha assumido essa responsabilidade para mim, para ter a certeza de que pautas de interesse da comunidade que eu pertencço seriam levantadas e para que outras pessoas pudessem se reconhecer naqueles espaços através da minha representação. Assim, logo me tornei Representante Discente Titular da turma de Física de 2019 e, na sequência, participei do processo de fundação do Centro Acadêmico da Física “Rodrigo Leandro” (CAFÍS), no qual ocupei a Coordenadoria Geral por dois anos. Paralelamente, tornei-me integrante do coletivo feminista da Física, o Coletivo Katherine Johnson, e passei a militar pela causa animal, enquanto ativista vegane pela União Vegana de Ativismo (UVA) e pelo Coletivo L.A.V.O.U.R.A. (Liberdade, Autonomia, Veganismo, Organização, União, Resistência e Anarquia).

Posteriormente, passei a ser Representante Discente Suplente na Comissão Permanente de Ensino da Faculdade de Ciências e na Congregação da Faculdade de Ciências. Concomitantemente, participei da reativação do Diretório Acadêmico “César Lattes” pela chapa “Horizonte”, que tinha os ideais focados na permanência estudantil, na Ciência enquanto um direito para a democracia e nas diversidades dos estudantes do campus, no qual ocupei por um ano e meio a função de Segunda Coordenadora Geral.

Em meio a todas essas lutas, o anseio por justiça social cresceu em mim, nutrindo-me, de forma que passei a enxergar na Educação uma possibilidade para a transformação social e optei por, enfim, concluir a Licenciatura. Depositei ali as minhas esperanças e a minha sede.

De fato, a luta anticolonialista e antiespecista⁴ demandavam (e demandam) muitas das minhas energias, tempo, disposição e foco, mas era o que me movia, o

³Atualmente, seguindo na representação discente, sou Representante Discente Titular da Pós-Graduação no Conselho Universitário da Unesp, no qual tenho levantado como principais pautas a permanência estudantil e o início da reserva de vagas para pessoas transvestigêneres.

⁴O movimento antiespecista se opõe ao especismo, ou seja, tem como ideal a igualdade entre todos os seres sencientes, de forma a buscar pelo fim da exploração de todos os animais, humanos e não humanos.(Godoy; Souza, 2019).

que dava (e ainda dá) sentido aos caminhos. Dessa forma, numa tentativa de alinhar toda essa trajetória, meus posicionamentos, lutas, angústias, reivindicações, anseios e esperanças, encontrei na pesquisa uma possibilidade.

Entendo que a pesquisa só existe, porque ainda há problemas a serem solucionados, porque as causas ainda não estão perdidas. Assim, optar por pesquisar, e, mais especificamente, por produzir conhecimento na área de Educação é, na minha concepção, um posicionamento político, um ato de esperança na transformação social.

É com isso que cheguei, por fim, à decisão de me tornar pesquisadore e me dedicar às diversidades de gêneros e sexualidades na formação inicial de professories. É uma forma de manter a esperança na Educação e na transformação de nossos tempos. É uma maneira de vislumbrar caminhos para um futuro desejável em termos de justiça social.

Dessa forma, ao escolher construir uma carreira na pesquisa, no último semestre da minha graduação, em 2022, participei do processo seletivo para cursar o Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, no qual obtive a aprovação e ingressei em fevereiro de 2023. Ao ingressar, sob orientação da Profa. Dra. Deise Aparecida Peralta, ingressei também no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Avançadas em Currículo (NIPAC) no âmbito do Grupo de Teoria Crítica e Educação em Ciências e Matemática (GTCEM).

Ao adentrar no mestrado, obtive dois dos que considero os grandes aprendizados da minha formação enquanto pesquisadore, que são os responsáveis por algumas escolhas e posicionamentos feitos neste relatório de pesquisa. O primeiro pode ser resumido em uma frase: tudo é coletivo e o coletivo é político. Compreendi, sobretudo pela minha participação no NIPAC, que fazer ciência, fazer pesquisa, produzir conhecimento e, até mesmo as novas ideias, são processos e, mais que isso, são processos que ocorrem coletivamente, politicamente, num determinado espaço e tempo.

Já o segundo grande aprendizado que pontuo, advindo da aproximação com a Teoria Crítica da Sociedade por conta da participação no Grupo de Teoria Crítica e Educação em Ciências e Matemática (GTCEM) pode ser resumido na seguinte frase: a forma também é um instrumento de comunicação. Assim, para além dos objetivos, das reflexões e considerações da pesquisa realizada, outra preocupação gira em torno de como as comunicar neste relatório.

Sendo assim, diante destes aprendizados, algumas escolhas foram feitas para o direcionamento da pesquisa e sua escrita. Optei por dividir esta dissertação em três partes, sendo que cada novo título e primeiro subtítulo é acompanhado de uma citação, com a intenção de evidenciar a coletividade no processo de formação de pesquisadores e na realização desta pesquisa. Além disso, todas essas citações são de mulheres e pessoas transvestigêneres (transexuais, transgêneros, travestis e não-binários), que também são a preferência para as referências utilizadas, entendendo essa como uma forma outra de produzir pesquisa, sob uma perspectiva contra-hegemônica. Adicionalmente, a segunda e a terceira parte desta dissertação são narradas no plural, também com o intuito de demarcar a coletividade envolvida no processo da pesquisa.

Outra decisão tomada, como uma forma de me posicionar politicamente - e que entendo que não compromete a compreensão do trabalho, é a utilização de linguagem neutra, tendo em vista que sou uma pessoa não-binária e utilizo o pronome *elu*, compreendido dentro desta linguagem. Para isso, utilizei o Manual de Linguagem Neutra em Língua Portuguesa, elaborado pela Frente Trans Unileira (FTU)⁵, e o Manual de Imprensa “Comunicação para Todes, Todas e Todos”⁶, resultado de uma pesquisa vinculada à Universidade de Brasília.

Palavras, historicamente, existem e deixam de existir por luta política, impactando na construção de identidades e subjetividades. Dessa forma, compreendemos a linguagem neutra como, para além de um sistema de comunicação inclusivo, um instrumento político capaz de criticar a predominância do uso do masculino sobre o feminino na norma culta da língua portuguesa e problematizar o sistema binário de gênero. Trata-se de uma posição que nos aproxima de um manifesto, objetivando uma forma de demarcar espaço dentro da comunidade acadêmica.

⁵Publicado em 2022 pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, pode ser acessado pelo link: <https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra/Manualdelinguagemneutraport.pdf>

⁶Publicado em 2022 pela Universidade de Brasília, pode ser acessado pelo link: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7546402/mod_resource/content/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20para%20todas%2C%20todos%20e%20todes_UnB.pdf

1.2 Reconhecimento e Redistribuição: a teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser

Eis, então, um difícil dilema. Doravante vou chamá-lo dilema da redistribuição-reconhecimento. Pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição. Necessitam de ambos para reivindicar e negar sua especificidade. Como isso é possível?

Nancy Fraser

Ao entrar em contato com a Teoria Crítica (T.C.), após o ingresso no GTCEM, muito me encantou a preocupação dos pensadores dessa corrente em diagnosticar as contradições do tempo presente e abalar as estruturas desse. Desde então, venho me dedicando, principalmente, a estudar a obra da estadunidense Nancy Fraser, por reconhecer em seus escritos muitos dos meus anseios e lutas. Assim, a escolhi como referencial filosófico para esta pesquisa.

Teoria Crítica é o nome dado a uma corrente de pensamento iniciada na Universidade de Frankfurt, no final da década de 1920, por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social. Embora iniciada em Frankfurt, e por isso chamada muitas vezes de escola de Frankfurt, a T.C. não se restringe fisicamente ou geograficamente.

A T.C. se contrapõe à teoria tradicional, por entender que esta permanece na superfície, sem conexões com a realidade social e o processo histórico envolvidos em todos os conhecimentos. Dessa forma, os primeiros pensadores criticavam o valor excessivo dado à razão instrumental em detrimento da teoria social (Peralta, 2012).

Dentre os pensadores da atualidade que se autodeclaram vinculados à tradição de pensamento da Teoria Crítica, temos a filósofa política Nancy Fraser. Fraser nasceu em 1947 na cidade de Baltimore - EUA e hoje é professora titular de Ciências Políticas e Sociais da *New School for Social Research*, onde realizou o seu doutoramento. O seu vasto trabalho pode ser dividido em três grandes frentes e/ou momentos: iniciando pelo feminismo, mais especificamente, a Segunda Onda do Feminismo nos Estados Unidos; passando pela fundamentação de uma teoria de justiça, chegando às suas reflexões mais atuais referentes ao capitalismo, marcadas pela publicação do livro *Capitalismo em Debate: uma conversa na teoria crítica* (Fraser; Jaeggi, 2020).

Para esta pesquisa, seleciono, mais especificamente, o recorte de sua teoria bidimensional de Justiça Social - Redistribuição e Reconhecimento. Fraser conceitua

estes dois termos em seu livro “Justiça Interrompida: reflexões críticas sobre a condição ‘pós-socialista’”⁷.

O termo “pós-socialista” demarca a queda do Muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (URSS) (1991). É utilizado, portanto, como uma forma de indicar um momento de afastamento dos movimentos sociais do ponto de vista econômico, da ideia de “classe”, que busca por “redistribuição”, constituinte, nas palavras de Fraser, do imaginário político socialista. Em contraposição, um momento de aproximação com a perspectiva cultural, com a ideia de “grupos” e “identidades”, que busca por “reconhecimento”, que, por sua vez, constitui o imaginário pós-socialista (Fraser, 2022). Dessa forma,

[...] na sociedade contemporânea globalizada e neoliberal, as reivindicações foram transformadas e as duas dimensões da justiça trabalhadas por Fraser passaram a ser vistas de forma dissociada, sendo que o foco central passou da luta pela redistribuição à luta pelo reconhecimento (Nariel; Costa, 2023, p. 108).

Frente a essa separação, Fraser, como lembrado em entrevista para a revista Perspectivas, em 2017, buscou intervir para superação da cisão entre dois tipos de movimentos de esquerda:

De um lado, havia o que restara dos movimentos social-democratas e trabalhistas que se inseriram no sistema capitalista com a bandeira da redistribuição - mesmo que antes tenham se posicionado como exteriores a ele e buscado uma abordagem mais revolucionária. Do outro lado, estavam os vários novos movimentos sociais: feminismo, antirracismo, LGBTQ etc., que emergiram da *New Left*, mas se distanciaram progressivamente de seu anticapitalismo e de sua crítica da economia política (Fraser, 2017).

Segundo a filósofa, estes movimentos buscavam isoladamente por redistribuição ou reconhecimento - como ela denominou. No entanto, as suas reivindicações não eram facilmente redutíveis a justiça do reconhecimento ou redistributiva, de forma que Fraser considerou esta uma situação problemática e buscou intervir para, em suas palavras “unir duas preocupações importantes que a cultura política estava separando” (Fraser, 2017). Assim, conseqüentemente, para Fraser “uma teoria que trate hoje de questões de justiça precisa ser dualista. Não o sendo, qualquer modelo teórico estaria excluindo ou subsumindo, indevidamente, pelo menos um dos tipos de justiça social existentes” (Bressiani, 2010, p. 14).

⁷Publicado, originalmente, em inglês em 1997. Lançado no Brasil pela editora Boitempo em 2022.

Posto este contexto, portanto, Fraser pontua que,

apesar das diferenças entre elas, ambas as injustiças, a socioeconômica e cultural, estão difundidas nas sociedades contemporâneas. Ambas estão enraizadas em processos e práticas que desfavorecem alguns grupos de pessoas em benefício de outros. Ambas, portanto, devem ser solucionadas (Fraser, 2022, p. 32).

Dessa forma, embora os dilemas, as injustiças, da sociedade atual necessitem de soluções tanto no âmbito cultural quanto no econômico, a autora (2022) realiza uma distinção analítica entre estas, compreendendo que o cerne da injustiça cultural, ou simbólica, é a estrutura cultural-valorativa, enquanto o cerne da injustiça econômica é a má redistribuição. Estas se desdobram e se manifestam de diferentes maneiras na sociedade. Alguns exemplos de tais injustiças, que a autora aponta em seu livro supracitado, estão presentes no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Injustiças de âmbito cultural e econômico

Injustiça	Cerne	Exemplos de injustiças
Cultural ou simbólica	Estrutura cultural-valorativa	- Dominação cultural. - Ausência de reconhecimento. - Desrespeito.
Econômica	Má distribuição econômica	- Exploração. - Marginalização econômica. - Privação.

Fonte: Autore a partir de Fraser (2022).

Assim como diversas são as manifestações de injustiças, como consta no Quadro 1, também são os remédios⁸ para as solucionar, como consta no Quadro 2, a seguir. Nesse sentido, Fraser (2002) nomeia por “reconhecimento” o conjunto de remédios para as injustiças no âmbito cultural e, analogamente, por “redistribuição” os diversos remédios no enfrentamento às injustiças de âmbito econômico.

⁸O uso do termo “remédio” é em alusão ao tratamento de injustiças, sejam elas culturais ou econômicas, como patologias.

Quadro 2 - Conjunto de remédios para as injustiças

Dimensão	Conjunto de remédios
Reconhecimento	- Revalorização das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais dos grupos difamados. - Reconhecimento e a valorização positiva da diversidade cultural. - Transformação abrangente dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação.
Redistribuição	- Redistribuição de renda. - Reorganização do trabalho. - Controles democráticos do investimento. - Transformação de estruturas econômicas básicas.

Fonte: Autore a partir de Fraser (2022).

De fato, ambos, o modelo de justiça do reconhecimento e o modelo de justiça redistributivo são necessários frente aos dilemas de nossos tempos. No entanto, para fins analíticos, Fraser (2022) conceitua um espectro⁹, no qual algumas coletividades sociais são localizadas de forma exclusiva a cada um de seus polos, a depender dos remédios que demandam.

No mundo real, é claro, economia política e cultura estão entrelaçadas, assim como as injustiças de distribuição e de reconhecimento. Podemos nos questionar, portanto, se existe realmente uma coletividade desse tipo puro. Para propósitos heurísticos, todavia, é útil examinarmos suas características (Fraser, 2022, p. 35).

Fraser, portanto, apresenta que, no polo redistributivo, o cerne das injustiças é a economia, “em outras palavras, ele se diferencia enquanto coletividade em virtude da estrutura econômica, em oposição à ordem cultural da sociedade” (Fraser, 2022, p. 35). Sendo assim, um exemplo de coletividade deste polo é a classe trabalhadora na perspectiva de Marx, a dependente de salário:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital (Antunes, 1999, p. 102-3).

⁹A abordagem espectral de Fraser denota como, apesar das pessoas que sofrem injustiças as sentem de uma ampla e multidimensional forma, há sempre uma ou outra modalidade de injustiça que, localizada nesse amplo espectro, acometem mais um grupo ou outro de pessoas.

Enquanto isso, o polo do reconhecimento “se diferencia enquanto coletividade em virtude dos padrões sociais de interpretação e valoração vigentes, e não em virtude da divisão do trabalho” (Fraser, 2022, p. 37). À vista disso, uma representante desta coletividade é a sexualidade.

Acredito que aqui se faça necessário um adendo. Ao abordar a sexualidade, enquanto uma coletividade localizada, espectralmente, no polo do reconhecimento, são citadas apenas lésbicas e gays, contrapondo a heterossexualidade com a homossexualidade:

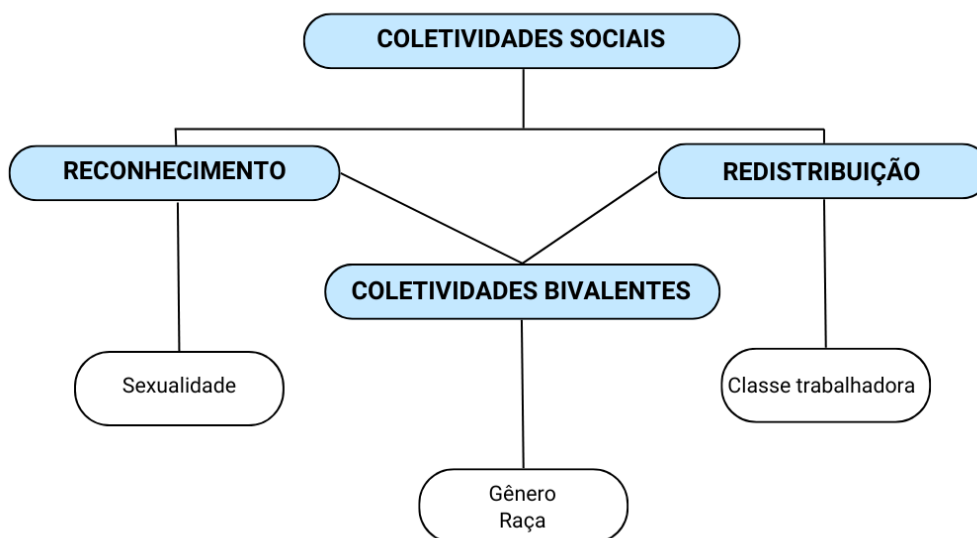
Gays e lésbicas sofrem heterossexismo, isto é, uma construção de normas que dispõem de autoridade e que privilegiam a heterossexualidade. Além disso, sofrem homofobia, isto é, uma desvalorização cultural da homossexualidade. Com sua sexualidade sendo rebaixada, os homossexuais ficam sujeitos a humilhações, assédio, discriminação e violência, e suas proteções iguais e seus direitos jurídicos são negados - tudo fundamentalmente negação de reconhecimento (Fraser, 2022, p. 37).

Entendo que essa seja uma perspectiva limitada das sexualidades, que, ao contrapor heterossexualidade e homossexualidade reforça binarismos. No entanto, compreendo que ao escrever este ensaio, Fraser tinha suas preocupações voltadas a construir um modelo de Justiça Social, não a definir sexualidades. Dessa forma, estendo a compreensão de homossexualidade enquanto uma coletividade social que requer justiça do reconhecimento para todas as outras sexualidades que integram a comunidade LGBTQIAPN+.

Para além das coletividades que se localizam exclusivamente em um dos polos deste espectro de justiça, há as que estão difusas no meio desse e, simultaneamente, requerem os remédios dos dois modelos, as chamadas bivalentes. Nestas recaem injustiças de reconhecimento e de redistribuição, como é o caso da raça e do gênero. Para sintetizar este espectro que Fraser nos propõe para pensarmos as injustiças de nossos tempos e localizar as coletividades, foi elaborada a Figura 1, a seguir.

Como representado na Figura 1, as coletividades bivalentes estão localizadas de forma afastada dos polos, sendo assim, combinam características de ambos. Dessa forma, remédios exclusivos de reconhecimento ou de redistribuição não contemplam integralmente os dilemas destas coletividades.

Figura 1 - Coletividades sociais sob a perspectiva de Nancy Fraser



Fonte: Autore.

É importante ressaltar que, assim como ao abordar a sexualidade como uma coletividade de reconhecimento, ao abordar o gênero enquanto uma coletividade bivalente, entendo que a teoria bidimensional de Fraser apresenta um viés binarista, demonstrando um déficit de representação para pessoas transvestigêneres, dado que, ao trabalhar, novamente, com contraposições para exemplificar injustiças e remédios, nomeia que tais injustiças são voltadas às mulheres:

Essa desvalorização se expressa em um série de dados sofridos pelas mulheres, entre eles assédio sexual, exploração sexual e violência doméstica generalizada; banalização, objetificação e rebaixamento em representações estereotipadas na mídia; assédio e rebaixamento em todas as esferas da vida cotidiana; sujeição a normas androcêntricas que fazem com que as mulheres pareçam baixas ou desviantes e o trabalho as desfavoreça, mesmo na ausência de qualquer intenção de discriminar; atitudes discriminatórias, exclusão ou marginalização nas esferas públicas e em corpos deliberativos; negação de proteções iguais e direitos jurídicos plenos (Fraser, 2022, p. 40).

Compartilhei estas reflexões na I Conferência Internacional Marxismo Feministas, realizada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo entre 22 e 26 de abril de 2024. Na ocasião, levei estas reflexões que surgiram no momento de apropriação da concepção bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, na forma de um resumo intitulado Fendas Teóricas

na Teoria Bidimensional de Justiça de Nancy Fraser: pessoas não-binárias como comunidades bivalentes¹⁰.

Embora estes dois aspectos tenham me gerado inquietações, compreendo que é parte da formação enquanto pesquisadore reconhecer e entender que nenhuma teoria é vasta o suficiente para abranger todos os aspectos e não apresentar nenhuma lacuna. Por vezes, é a partir de tais lacunas que novas ideias surgem e novos conhecimentos são construídos e socializados. Dessa forma, utilizo nesta pesquisa o recorte específico da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, mas transcendendo as limitações binaristas pontuadas.

Voltando ao dilema redistribuição-reconhecimento, para além de categorizar os remédios em redistributivos e de reconhecimento, outra caracterização se faz necessária, a saber, sobre remédios afirmativos e transformativos. Remédios afirmativos tendem a promover a diferenciação de grupos, enquanto os transformativos tendem a desestabilizar esta diferenciação (Fraser, 2001).

Cada qual é destinado a um objetivo diferente, assim,

as medidas afirmativas têm por objetivo a correção de resultados indesejados sem mexer na estrutura que os forma. Já os remédios transformativos têm por fim a correção dos resultados indesejados pela reestruturação da estrutura que os produz (Matos, 2005, p. 147).

Dessa forma, frente aos dilemas dos nossos tempos, os remédios são distinguidos em quatro, combinando-se redistribuição e reconhecimento a afirmação e transformação. Essa combinação é apresentada no Quadro 3.

A partir do conceituado neste quadro, Fraser faz a sua defesa dos remédios transformativos, tanto redistributivos como de reconhecimento, em outras palavras, a sua defesa por uma economia socialista aliada a uma política cultural desconstrutiva para as coletividades bivalentes. No entanto, Fraser estende este posicionamento, de forma que não se restringe a estas coletividades, já que nenhuma pessoa é membra de apenas uma, já que “todos os eixos de injustiça se interseccionam de maneiras que afetam os interesses e as identidades de todos” (Fraser, 2022, p. 56).

¹⁰ROCHA; Larissa Gonçalves Faria; PERALTA; Deise Aparecida. Fendas Teóricas na Teoria Bidimensional de Justiça de Nancy Fraser: pessoas não-binárias como comunidades bivalentes. In: I Conferência Internacional Marxismo Feministas, 2024, São Paulo. **Caderno de Resumos [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2024, p. 40. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/wp-content/uploads/2024/04/caderno-de-resumos-com-programacao-completa-corrigido.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2024.

Quadro 3 - Categorização dos remédios para Justiça Social em Nancy Fraser

	Afirmação	Transformação
Redistribuição	<i>Estado de bem-estar liberal</i> Realocação superficial de bens existentes para grupos existentes; reforça a diferenciação de grupos; pode gerar não reconhecimento	<i>Socialismo</i> Reestruturação profunda das relações de produção; borra e diferenciação de grupo; pode ajudar a solucionar algumas formas de não reconhecimento
Reconhecimento	<i>Multiculturalismo dominante</i> Realocações superficiais do respeito para identidades de grupos existentes; reforça as diferenciações de grupo	<i>Desconstrução</i> Reestruturação profunda das relações de reconhecimento; desestabiliza a diferenciação de grupo

Fonte: Fraser (2022, p. 50).

Os conceitos fundamentais da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, aqui expostos, serão utilizados ao longo de todo o desenvolvimento desta dissertação, orientando as análises dos documentos e as reflexões. Sendo assim, considerando o que foi apresentado, passamos para a penúltima seção da Parte 1, na qual apresentarei uma noção¹¹ sobre justiça curricular.

1.3 Justiça Curricular: um caminho para a Justiça Social

Ciente de que não cabe aqui ingenuidade, afirma-se que a escola é ao mesmo tempo reprodutora de desigualdades e mediadora de possibilidades para superação delas. O currículo escolar, portanto, pode e deve ser disputado a partir dessa contradição, como um espaço de luta por dignidade, por igualdade e respeito às diversidades.

Branca Jurema Ponce

De fato, muitos são os sentidos e conceitos atribuídos ao termo “currículo”. Por muitas vezes, este é reduzido a um conjunto de disciplinas, conceitos, habilidades e competências, sendo utilizado como sinônimo de grade curricular. No entanto, “há acúmulo suficiente de conhecimentos sistematizados da área para superar esse uso equivocado” (Ponce, 2018, p. 793).

¹¹Faço o uso do termo “noção” com a intenção de enfatizar as múltiplas compreensões e possibilidades conceituais ao se tratar de currículo, desenvolvimento curricular e justiça curricular.

O currículo, para muito além de um documento que regulamenta o que deve ser ensinado e aprendido, é um campo de tensão, um território de confronto imbricado de relações de poder, onde “se disputa, no espaço de formação de crianças, jovens e adultos, o assentamento de valores, crenças, visões de vida e de sociedade, e a construção de possibilidades pessoais da existência presente e futura” (Ponce; Araújo, 2019, p. 1051). Contudo, muitas vezes, se faz expresso em documentos oficiais que dão “aporte a milhares de educadores no Brasil, país que ainda sustenta profundas desigualdades, marcado pela violência contra mulheres, grupos LGBTQIA+ e negros” (Secatti; Guimarães, 2023, p. 7).

Sendo assim, o currículo “pode assumir papel central na discussão sobre a busca da justiça social por meio da educação” (Ponce, 2018) e o seu processo de desenvolvimento “deve estar imbuído dos conceitos de justiça curricular e estar preocupado com a formação de cidadãos para atuarem no combate à violência física, psicológica, social e material” (Secatti; Guimarães, 2023, p.5).

Compreendo que espaços formativos, de qualquer natureza e em diversos níveis, são capazes de propulsionar transformações sociais e também de, contraditoriamente, institucionalizar violências. Assim, amplio o fragmento de Ponce e estendo essa compreensão ao currículo da formação inicial de professorias, entendendo-o “enquanto constituído sob a óptica de diversos interesses, sendo tensionado entre a reprodução e a transformação social” (Rocha; Peralta, 2024). Dessa forma, considero a justiça curricular como uma ferramenta na luta contra a má distribuição e a ausência de reconhecimento, como a busca incessante por Justiça Social por meio do currículo (Ponce; Araújo, 2019).

De acordo com Ponce (2018) são três as dimensões da justiça curricular que devem ser buscadas tendo como horizonte a Justiça Social: a do conhecimento, a do cuidado e a da convivência. Já que a justiça curricular não tem como fim apenas o acesso à educação, mas sim,

toma por currículo todo o processo de ensino-aprendizagem-convivência-cuidado na construção do conhecimento significativo para a vida, que vai sendo subjetivamente apropriado pelo educando ao longo do processo e vai permitindo a ele compreender o mundo e a si mesmo de modo crítico e reflexivo (Ponce; Neri, 2017, p.1223).

A dimensão do conhecimento admite que nenhum conhecimento é neutro e orientará a escolha dos conteúdos curriculares, tendo em vistas a construção de uma

existência digna; a da convivência escolar democrática e solidária, não dispensa a ética e perpassará todos os tempos e espaços do currículo buscando a consolidação de valores humanitários e de respeito; a do cuidado abrange todas as pessoas envolvidas no currículo, com o intuito de viabilizar o acesso ao pleno direito à educação de qualidade social (Ponce, 2018).

Essa compreensão de justiça curricular, enquanto uma ferramenta e um caminho que tem como horizonte a Justiça Social, perpassará o desenvolvimento desta dissertação a título de guiar algumas reflexões sobre os documentos curriculares que serão analisados. Diante do exposto, passamos para a última seção da Parte 1, na qual apresento o resultado da minha trajetória aliada ao encontro com os trabalhos de Fraser: esta pesquisa.

1.4 Entre trajetórias e encontros: expressando a questão e os objetivos desta pesquisa

Em tempos de ataque à democracia, aos direitos humanos fundamentais e às garantias de existência de todas as pessoas que escapam à moralidade androcêntrica ultraconservadora e neoliberal, [...] [somos convidadas a] pensar o compromisso maior da democracia, a saber, defender as pessoas que se encontram marginalizadas, principalmente as mulheres [trans e cis], as negras, as LGBTQIA+ e tantas outras que são oprimidas em esfera pública.

Deise Peralta

A presente pesquisa, de fato, tem parte de sua intencionalidade atrelada à minha experiência enquanto uma pessoa LGBTQIAPN+ durante a adolescência, enquanto estudante no Ensino Médio. No entanto, também parte de saber que, infelizmente, não foi uma experiência isolada, já que é uma realidade para diversas pessoas, sobretudo, no contexto do Brasil.

É sabido que o Brasil é um dos países mais perigosos para a população LGBTQIAPN+, de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (Benevides, 2023). Esse contexto é refletido no ambiente escolar, o que é de extrema preocupação, pois:

Ouvir comentários contra LGBT na instituição educacional pode contribuir para que estudantes LGBT sintam insegurança na instituição educacional, além de criar um ambiente negativo de aprendizagem. No entanto, experiências diretas de agressão podem ter consequências ainda mais

graves para a vida desses estudantes (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2016, p. 38).

Ainda segundo a associação, em seus estudos mais recentes, publicados este ano, pelo 16º ano consecutivo o Brasil é o país que mais assassina pessoas transvestigêneres no mundo. Diante deste cenário, a presidenta da ANTRA, Bruna Benevides, em entrevista à CNN Brasil, reafirma o papel da educação: “precisamos de ações concretas e efetivas para erradicar a transfobia, incluindo ações educacionais e políticas transversais, destinação de recursos e mecanismos de denúncia e acesso à justiça” (Bevenides, 2025).

Segundo a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016 - As experiências de adolescentes e jovens LGBT em nossos ambientes educacionais (ABGLT, 2016), realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 60,2% dos estudantes que participaram da pesquisa afirmaram se sentir inseguros na instituição educacional no último ano (2015) devido a sua orientação sexual, enquanto 42,8% apontaram sentir insegurança por conta da expressão de gênero. Além disso, 72,6% e 68,0% apontaram que já foram verbalmente agredidos por causa, respectivamente, de sua orientação sexual e de sua identidade ou expressão de gênero.

Outro fator preocupante, apontado pela mesma pesquisa, é que menos da metade destes estudantes informou para a equipe da instituição educacional alguma vez sobre tais violências, fato esse que é também apontado por outras pesquisas. De acordo com dados da Associação dos Estudantes Secundaristas do Estado do Rio de Janeiro (AERJ) em uma pesquisa realizada com estudantes do Rio de Janeiro, 67,8% dos estudantes afirmaram ter sofrido ou presenciado agressão motivada por identidade de gênero ou orientação sexual e, destes, 75,9% afirmaram não ter sentido segurança para buscar apoio na direção da escola.

O ambiente escolar, segundo Guimarães *et al.* (2022), nitidamente, recebe com incômodo performances e identidades dissidentes sexuais e de gênero, de forma que é recorrente encontrar professorias que reproduzem violências LGBTI+fóbicas, assim como aqueles que, embora queiram transformar suas práticas, reconhecem incapacidade de lidar com o tema. Dessa forma, conjecturando que a formação inicial de professorias influencia diretamente no ambiente escolar, um dos principais desafios das universidades é formar professorias que não se restrinjam a transmissão

de conhecimentos, mas, sobretudo, a de novas atitudes e práticas que valorizem a diversidade humana (Glat; Pletsch, 2010, p. 349).

No entanto, contrastando com a minha realidade, em meu histórico de desenvolvimento no curso de Licenciatura em Física, durante a minha formação inicial como professore, não estavam presentes questões relativas a gêneros e sexualidades em sala de aula. Naquele período, todas as ações referentes às temáticas de diversidade humana voltadas ao curso de Física ocorriam em outros espaços, por iniciativas do próprio corpo discente, como em eventos organizados pelo Coletivo Katherine Johnson, pelo do CAFÍS e pelo DACEL.

Uma das atividades mais marcantes no que diz respeito a questões relativas a gêneros e sexualidades durante a minha formação como professore foi a organização da 19ª Semana da Física, que ocorreu em 2019, marcando os 50 anos do curso. Compus a Comissão Organizadora ao lado de várias discentes do curso e alguns docentes. A presidência da Comissão Organizadora foi ocupada pela discente Juliana Nemezio, uma das fundadoras do Coletivo Katherine Johnson e também integrante do CAFÍS, fato que, sem dúvidas, cooperou para que, num movimento por reconhecimento, pela primeira vez, em meio século do curso, conseguíssemos construir uma programação para o evento com mais de 50% das palestrantes mulheres.

Além disso, na mesma edição do evento, o coletivo promoveu um minicurso de Introdução à Relatividade exclusivo para mulheres, o que gerou muitas repercussões, tanto positivas, com a procura altíssima pelo minicurso, que teve suas vagas esgotadas, quanto negativas, por parte de estudantes homens cisgêneros que não entendiam a necessidade daquele espaço.

Essa atuação conjunta do Coletivo Katherine Johnson com o CAFÍS e a Comissão Organizadora fez com que, nas edições seguintes do evento, esse movimento por reconhecimento continuasse e fosse ampliado, preocupando-se sempre com a presença de pesquisadoras transvestigêneras, negres, PcD e representantes da comunidade LGBTQIAPN+. Dentro das universidades as lutas por reconhecimento e redistribuição do movimento LGBTQIAPN+, assim como de outros grupos não hegemônicos, são históricas, sendo materializadas em ações de organizações estudantis, como as citadas nesse caso, constituindo-se em peças essenciais para o desenvolvimento e fortalecimento de parâmetros de denúncia e enfrentamento às violências simbólicas e concretas no ambiente acadêmico.

Além destas mobilizações da categoria discente, a Unesp, em sua história recente, tem realizado algumas ações voltadas às diversidades, que são percebidas no cotidiano acadêmico por meio, por exemplo, do oferecimento de cursos de letramento referentes às diversidades, de campanhas e de editais de bolsas dedicados a estudantes negres, indígenas, PcD e transvestigêneres, realizadas em sua maioria pelo Projeto Educando para a Diversidade ou pela Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).

O Projeto Educando para a Diversidade existe na Unesp desde 2017. Por meio da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), da Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC) e da Reitoria, e com apoio da Ouvidoria, a Unesp estabeleceu um convênio com o Santander, que resultou no projeto. Mais tarde, em 2021, iniciando um processo de institucionalização, foi criado o cargo de Assessor para assuntos de Diversidade, junto à vice-Reitoria e, posteriormente, em 2022, a Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).

Sob a ótica da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, entendo o início desta política institucional da Unesp voltada para as diversidades como o início também do atendimento às reivindicações por reconhecimento. Além disso, a compreendo como um potencial remédio de reconhecimento afirmativo com potencial para também se tornar um remédio redistributivo afirmativo, a depender das ações de fato realizadas a partir desta institucionalização.

Nesse cenário, enquanto pessoa não-binária e professore de Física formado pela Unesp, que, no seu processo de formação inicial participou dessa luta por reconhecimento, eu não poderia me esquivar de trabalhar com as questões relativas a gêneros e sexualidades na formação inicial de professorias de Física, sob as hipóteses - e as esperanças, de que reside na formação inicial de professorias o potencial para a transformação social em termos de Justiça Social para pessoas LGBTQIAPN+ e de que a Unesp tem iniciado esse movimento. Sendo assim, diante do exposto, a questão central desta pesquisa é: a institucionalização de políticas voltadas para as diversidades na Unesp tem chegado aos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Licenciatura em Física no que diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+?

Nesse sentido, de forma geral, o objetivo desta pesquisa é diagnosticar de que forma a política institucional da Unesp voltada para as diversidades se faz presente na formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de gêneros e

sexualidades, em uma perspectiva da teoria bidimensional de Nancy Fraser. Mais especificamente, pretende-se, a partir da análise documental, caracterizar a institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp, identificando os marcos normativos, ações e programas voltados para a comunidade LGBTQIAPN+ e avaliar, com base na teoria bidimensional de Nancy Fraser (justiça cultural e justiça econômica), se as políticas de diversidade da Unesp promovem tanto a representação simbólica (reconhecimento) quanto a inclusão material (redistribuição), considerando das questões de gênero e sexualidade.

Pretendemos ainda, identificar, nos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física, o provimento de diretrizes, conteúdos programáticos e práticas pedagógicas que abordem as diversidades de gêneros e sexualidades após a reestruturação/alteração curricular decorrente da curricularização da extensão e verificar se esta tem contribuído para a incorporação efetiva das políticas de diversidade, especialmente, no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade.

PARTE 3 - CONCLUSÕES: UM DIAGNÓSTICO POSSÍVEL

3.1 Do Reconhecimento ao Potencial Redistributivo

As pautas LGBTQIAP+ precisam se materializar em um projeto educativo nacional no MEC, afinal este é o órgão responsável pelo direcionamento da política nacional de educação. Precisamos ter um programa nacional que articule as questões de gênero e sexualidade numa perspectiva interseccional, considerando não apenas as pautas do movimento LGBTQIAP+, mas também do movimento feminista e negro.

Letícia Carolina

Não por coincidência, a segunda parte deste relatório de pesquisa foi iniciada com a icônica fala de Conceição Evaristo “O que nós conquistamos não foi porque a sociedade abriu a porta, mas porque forçamos a passagem”. A escritora, ao ter esta fala, estava se referindo ao movimento negro, mas, simbolicamente, a utilizo aqui para me referir as conquistas das mobilizações de estudantes, que, historicamente, tem, dentro da perspectiva de Fraser, lutado, sobretudo, por reconhecimento e redistribuição nos meios universitários.

Nesse cenário, em uma perspectiva da teoria bidimensional de Nancy Fraser, com o objetivo de diagnosticar de que forma a política institucional da Unesp voltada para as diversidades se faz presente na formação inicial de professorias de Física, com ênfase nas questões de gêneros e sexualidades, buscamos responder se a institucionalização de políticas voltadas para as diversidades na Unesp tem chegado aos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física no que diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+.

Para tanto, caracterizamos a institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp, identificando os marcos normativos, ações e programas voltados para a comunidade LGBTQIAPN+, utilizando como fonte de dados primários a legislação da Unesp da última década, o site do Projeto Educando para a Diversidade e o portal da CAADI. Além disso, avaliamos, com base na teoria bidimensional de Nancy Fraser (justiça cultural e justiça econômica), se estas políticas de diversidade da Unesp promovem tanto a representação simbólica (reconhecimento) quanto a inclusão material (redistribuição), considerando das questões de gênero e sexualidade.

A caracterização da institucionalização de políticas para as diversidades na Unesp mostra que essa luta se faz presente na universidade, por meio de mobilizações, como, por exemplo, na forma de coletivos, CAs e DAs. Ao nos debruçarmos na legislação da última década, percebemos que, por muito tempo, a universidade não atendia as demandas destas lutas, visto que, no máximo, são encontradas indicações de “respeito às diversidades” como valores, mas sem medidas práticas para tanto, como palavras vazias.

Percebemos que a Unesp só começou de fato atender essas demandas a partir da grande visibilidade¹⁹ que o Projeto Educando para a Diversidade teve, a partir de 2017, conseguindo centralizar informações, debates e ações referentes às diversidades na universidade. Foi necessário o grande empenho de professorias para a elaboração desse projeto. É curioso, e contraditório, que apenas a partir do investimento de capital externo advindo de um banco - símbolo maior do capitalismo, que a universidade, finalmente, voltou sua atenção às suas demandas internas por reconhecimento e redistribuição por parte de grupos minoritários entre os que detém o capital. O projeto, que disso se originou, cresceu tanto em seus primeiros quatro anos, que foi iniciado o movimento de institucionalização de políticas voltadas às diversidades na Unesp.

O marco do início desse processo de institucionalização, é datado de 2021, quando foi criado o cargo de Assessor para assuntos de Diversidade, junto à vice-Reitoria, além de aprovada a criação da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI) em reunião do Conselho Universitário da Unesp. Já a sua consolidação se dá em 2022, com a efetiva criação da CAADI.

Dessa forma, após um grande histórico de mobilizações discentes, da criação de diversos coletivos e da luta e organização de professorias para centralizarem essas demandas em um projeto para conseguirem financiamento para as ações, o **reconhecimento vem sendo atendido por parte da Unesp**. Este **reconhecimento** pode ser categorizado como **afirmativo**, pois realoca superficialmente o respeito para identidades de grupos.

A partir da CAADI, para além deste **reconhecimento afirmativo**, observamos uma **potencialidade** em se configurar também como um **remédio redistributivo afirmativo**, isto pois, dentre suas ações, há a criação de editais de bolsas dedicados

¹⁹ Paradoxalmente, um projeto financiado por uma instituição bancária.

exclusivamente a grupos socialmente vulneráveis. Dessa forma, as ações que começam com ênfase no **reconhecimento**, tendo o **atendido ou parcialmente atendido**, passa a apresentar um **potencial redistributivo**.

Sequencialmente, sob a hipótese, e a esperança, de que reside na formação inicial de professorias o potencial para a transformação em termos de Justiça Social, partimos para contrastarmos esta política com os PPPs dos cursos de Licenciatura em Física, para identificar o provimento de diretrizes, conteúdos programáticos e práticas pedagógicas que abordem as diversidades de gêneros e sexualidades após a reestruturação/alteração curricular decorrente da curricularização da extensão. Dessa forma, verificamos também se a curricularização da extensão tem contribuído para a incorporação efetiva das políticas de diversidade em documentos curriculares, especialmente, no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade.

A curricularização da extensão ocorreu após a política de reconhecimento das diversidades por parte da Unesp, e visava a integração sociocultural entre a Unesp e a comunidade, além da promoção de iniciativas que expressam um compromisso do ensino superior com outras áreas da sociedade. Dessa forma, entendemos que os processos de reestruturação ou alteração curricular dos cursos de Licenciatura em Física foram momentos oportunos para que esta política da Unesp de reconhecimento das diversidades se fizesse presente nos cursos de formação inicial de professorias, a partir de alterações nos PPPs. No entanto, ao analisar estes novos documentos curriculares, vigentes a partir de 2023, não foi isso o encontrado.

Dividimos a análise dos PPPs em três pilares centrais, o perfil de egressos, a estrutura curricular e as atividades de extensão, de forma que, sob a perspectiva bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser, entendemos que a inclusão de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades poderia se configurar como um remédio. Assim, entendemos por reconhecimento nos PPPs a materialização em disciplinas, Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento ou atividades extensionista da intenção em se formar professorias com a capacidade de lidar com questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades no ambiente escolar.

Entendemos de fato como reconhecimento a inclusão destas questões atendendo dois aspectos: a garantia de que essa formação ocorra para todos os licenciandos e a garantia de que a própria instituição a fornecerá. Isto pois, a título de disciplina optativa ou projeto optativo, não é garantido que todos farão esta escolha

ou que, no momento de escolher, ainda terão como a realizar, além de ser necessário que a própria instituição se responsabilize por oferecer esta possibilidade, não deixando a cargo de cada estudante buscar por palestras, congressos, seminários, dentre outras atividades externas que abordem estas temáticas.

Com essas limitações para caracterizarmos como reconhecimento, **não encontramos** nenhum PPP no qual conseguíssemos diagnosticar a presença deste remédio. Encontramos alguns aspectos que chamamos de **potencialidades**, como nos casos dos campus de Ilha Solteira e de São José do Rio Preto, já que o primeiro demonstrou a importância de se formar um professor apte para lidar com estas questões, mas não materializou esta preocupação na estrutura do curso, enquanto o segundo, embora não pontue essa intenção quanto ao perfil, tem carga horária de ATPA dedicada à temática e o vínculo com possibilidades de projetos de extensão nesta temática, mas, com isso, não garante que todos terão essa formação.

Sendo assim, nos campus de Bauru, Guaratinguetá, Presidente Prudente e Rio Claro, não encontramos indicativos da abordagem de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades, não encontramos o reconhecimento. Enquanto, para os cursos de Ilha Solteira e de São José do Rio Preto, encontramos a **potencialidade** para que este reconhecimento venha a ocorrer.

Dessa forma, compreendemos que a política institucional da Unesp de reconhecimento às diversidades tem ocorrido no **entorno** dos cursos, mas não os adentrado, permeado documentos curriculares e, de fato, impactado a formação dos estudantes. Por conseguinte, a institucionalização de políticas voltadas para as diversidades na Unesp não tem chegado aos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física no que diz respeito à comunidade LGBTQIAPN+.

Esta política tem contornado os cursos, de forma que é possível que esta formação ocorra, mas somente para aqueles que a busquem, já que, mesmo com a curricularização da extensão, não passou a ser garantida para todos, por não estarem expressas nos PPPs dos cursos de formação inicial. Concordamos com Letícia Carolina, quando em entrevista dada em 2021 apontou que:

É urgente, ademais, repensar as grades curriculares dos cursos de licenciatura que ainda relutam em inserir as questões de gênero e sexualidade. Para além do MEC, temos tentado fazer isso em nossos departamentos, às vezes como disciplinas optativas, mas precisamos fortalecer a abrangência dessas ações em todas as licenciaturas. Não se faz transformação a partir da educação sem formação docente de qualidade (Nantes; Nascimento, 2021).

Entendemos que, ao adentrar os documentos curriculares dos cursos de formação inicial de professorias, esta política institucional da Unesp, que se caracteriza como um reconhecimento afirmativo, teria potencial para se caracterizar como reconhecimento transformativo, pois passaria a não mais se limitar a uma revalorização de identidades e realocação superficial do respeito para estas, e sim cooperar para uma transformação profunda nas relações de reconhecimento, dado que estes professorias formarão outras pessoas, ou seja, é uma prática formativa que não termina em si, pode chegar a outres, o que amplia a potencialidade transformativa. Deste modo, a inclusão de questões relativas às diversidades de gêneros e sexualidades nos PPPs dos cursos de Licenciatura em Física, na medida em que seria um remédio transformativo, seria uma forma de justiça curricular, tendo em seu horizonte a Justiça Social para a comunidade LGBTQIAPN+.

A ausência de diretrizes explícitas para a abordagem de questões de diversidades de gêneros e sexualidades nos documentos curriculares não implica, de forma alguma, que essas temáticas não possam ser tratadas no desenvolvimento do curso. Supor o contrário seria adotar uma concepção extremamente restrita e limitada de currículo, reduzindo-o a uma mera prescrição normativa contida em documentos estáticos e inflexíveis. Essa visão desconsidera a dinamicidade do cotidiano educacional e a autonomia de docentes e discentes, que têm a capacidade de incorporar, de forma crítica e reflexiva, discussões relevantes e transformadoras em seus processos formativos.

No entanto, a falta de um provimento expresso que oriente e incentive a inclusão dessas questões limita as garantias de que elas sejam efetivamente integradas à formação dos licenciandos. Sem diretrizes estabelecidas e um compromisso institucional explícito, há o risco de que essas discussões permaneçam à margem, dependendo exclusivamente da iniciativa individual de professorias e estudantes, o que pode resultar em uma abordagem fragmentada e inconsistente.

Assim o sendo, embora a inexistência de menções explícitas não impeça a inserção dessas temáticas na formação de professorias, sua ausência nos documentos oficiais enfraquece a segurança de que tais discussões sejam promovidas de forma consistente e estruturada. A inclusão de diretrizes não apenas incentiva e respalda as professorias que desejam trabalhar essas questões, mas também sinaliza um compromisso institucional com a formação de educadores

preparados para atuar em uma sociedade diversa, garantindo que a diversidade e a inclusão sejam pilares efetivos da prática pedagógica.

Portanto, embora a ausência de menções específicas não impeça o tratamento dessas questões, ela fragiliza a garantia de que elas sejam abordadas de forma sistemática e significativa, comprometendo a formação de educadores preparados para lidar com a diversidade e a inclusão em suas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ADRIANO NANTES , F.; CAROLINA NASCIMENTO , L. Diálogos TRANSversais: a Travesti quer um beijo. **Rascunhos Culturais**, v. 12, n. 24, 1 dez. 2021

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**, 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, 261 p.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 7 nov 2022.

Benevides, Bruna G. Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. [Entrevista concedida a] Tayana Narcisa, Vitor Bonets. **CNN Brasil**. jan - 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>

_____. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)–Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. ISBN: 978-85-906774-8-2. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

_____. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. ISBN: 978-65-986036-1-8. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 1.304, de 29 de outubro de 2001**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Matemática. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 out. 2001. Seção 1, p. 22.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, estabelece diretrizes e metas para a política de educação no Brasil, para a década 2014-2024. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRESSIANI, Nathalie de Almeida. **Economia, cultura e normatividade: o debate de Nancy Fraser e Axel Honneth sobre redistribuição e reconhecimento**. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BUENO, Arthur (Entrevistador). **Para uma crítica das crises do capitalismo: entrevista com Nancy Fraser**. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, p. 161-185, jan./jun. 2017.

BUTLER, Judith. Pode-se levar uma vida boa em uma vida ruim? Tradução: Aléxia Cruz Bretas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 2, n. 33, p. 228-229, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1517-0128.v2i33p1-236>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/153279/149855>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CERQUEIRA, Ticiana Damasceno; DENEGA, Alessa Montalvão Oliveira; PADOVANI, Andréa Sandoval. A importância do nome social para autoaceitação e aceitação social do público “trans”. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 2, p. 26 - 39, maio-ago. 2020.

DIOTTO, Nariel; COSTA, Marli Marlene Moraes da. Repensando a justiça social a partir de Nancy Fraser: a concepção de uma justiça de gênero frente a ofensiva neoliberal. **E-Civitas**, Belo Horizonte, v. XVI, n. 2, dez. 2023. ISSN 1984-2716. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/3643>. Acesso em: 1 ago. 2024.

FRASER, Nancy. **Justiça Interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”**. Tradução: Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022. 288 p.

_____. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, vol. 23, núm. 38, 2010, p. 345-356.

GODOY, Luciana Cristina; SOUZA, Fabiana Rodrigues. Educação popular e movimentos antiespecistas: desvelando o especismo em livros didáticos. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 320–334, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2513>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

GUIMARÃES, E. B. de M.; SILVA, I. R. da; FERREIRA, I. C. F.; ESPERANÇA, A. C. PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO EM ANÁLISE: GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4903. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4903>. Acesso em: 5 jan. 2025.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel: Políticas e poéticas da diferença**. Tradução: Semíramis Gorini da Veiga. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MATOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo, n. 63, p. 143-160, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452004000300006>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/sWkvwtLhcVtHqmdvzmqTnz/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2024.

NUNES; Evelyn Costa; GARCIA; Bruna Pinotti. O abandono afetivo e a cultura heterocisnormativa. *In: X Congresso de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura*, 2022, Goiânia. **Anais eletrônicos [...]**. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2023. p. 45 - 51. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/projetos/xconepec/artigos/08.html>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PERALTA, Deise Aparecida. **Formação continuada de professores de matemática em contexto de reforma curricular**: contribuições da teoria da ação comunicativa. 2012. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências de Bauru, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2012.

_____. Mulheres, matemática e a proposta curricular das "escolas de primeiras letras": uma perspectiva da ética discursiva habermasiana. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320220016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/VrzKmdkQC35NkzJ4f7KqQtK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2024.

PONCE, Branca Jurema; ARAÚJO, Wesley. A Justiça Curricular em tempos de implementação da BNCC e de desprezo pelo PNE (2014-2024). **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p. 1045-1074. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1045-1074>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44998>. Acesso: 5 ago. 2024.

_____; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. A justiça curricular, a violência sexual intrafamiliar (VSI) e o direito à aprendizagem. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n.4, p. 1208-1233, 2017. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i4p1208-1233>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/35125/24433>. Acesso em: 5 ago. 2024.

_____. O Currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 785-800, 2018. <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>. Acesso: 10 ago. 2024.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala. Tradução: Sara Wagner York. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 278-331, 2021 (2022). DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/petfilo.v22i1.88248>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/viewFile/88248/48711>. Acesso em: 21 mai. 2024.

_____. **Um apartamento em Urano**: Crônicas da travessia. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

ROCHA, Larissa Gonçalves Faria; PERALTA, Deise Aparecida. **Reconhecimento e Redistribuição para a comunidade LGBTQIAPN+**: o currículo da formação inicial

de professores de Física enquanto um espaço de tensão. *In: Seminário de Currículo, Cultura e Identidade*, 8, 2024, Jaboticabal.

RODRIGUEZ; Shay de los Santos. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v.7, n. 2, p.276-291, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v7i2.9291>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9291>. Acesso em: 25 de jul. 2024.

SECATTI, Keysa Katiere Garcia; GUIMARÃES, Lucelia Tavares. Gênero e justiça curricular: os desafios na construção do currículo crítico em um contexto neoconservador e antidemocrático. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 21, p. 1-24, 2023. DOI <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e57103>. Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/57103>. Acesso em: 6 ago. 2024.

SILVA, Roberto Vinício Souza da; NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do; CAETANO, Marcio. **A bicha docente despachada: sociopoetizando a educação nas diferenças**. *Textura*, Canoas, v. 23, n. 55, p. 194-214, jul./set. 2021.

TRAJANO, Daniel; PUGA, Gabriel. AERJ expõe dados preocupantes sobre a LGBTfobia no ambiente escolar. **A Verdade**, Rio de Janeiro, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://averdade.org.br/2021/06/aerj-expoe-dados-preocupantes-sobre-a-lgbtfobia-no-ambiente-escolar/#:~:text=Os%20dados%20confirmaram%20as%20suspeitas,sexual%20ou%20identidade%20de%20g%C3%AAnero>. Acesso em 01/08/2022.

UNESP. Faculdade de Ciências. **Projeto Pedagógico Física - Licenciatura**. Guaratinguetá, SP, 2022c.

UNESP. Faculdade de Engenharia e Ciências. **Projeto Pedagógico do Curso de Física**. Bauru, SP, 2023d.

UNESP. Faculdade de Engenharia. **Roteiro para Apresentação do Projeto Político Pedagógico (2022)**. Ilha Solteira, SP, 2022d.

UNESP. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. **Projeto Político Pedagógico**. São José do Rio Preto, SP, 2022e.

UNESP. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. **Roteiro para Apresentação do Projeto Político Pedagógico (2021)**. Rio Claro, SP, 2021.

UNESP. Reitoria. **Resolução Unesp Nº 82, de 24 de outubro de 2016**. São Paulo, SP, 2016a.

_____. **Resolução Unesp Nº 83, de 24 de outubro de 2016**. São Paulo, SP, 2016b.

_____. **Resolução Unesp Nº 41, de 31 de agosto de 2021**. São Paulo, SP, 2021.

_____. **Resolução Unesp Nº 07, de 26 de janeiro de 2022.** São Paulo, SP, 2022a.

_____. **Resolução Unesp Nº 22, de julho de 2022.** São Paulo, SP, 2022b.

_____. **Portaria Unesp Nº 78, de 23 de agosto de 2023.** São Paulo, SP, 2023a.

_____. **Portaria Unesp Nº 03, de 04 de janeiro de 2023.** São Paulo, SP, 2023b.

_____. **Portaria Unesp Nº 86, de 25 de agosto de 2023.** São Paulo, SP, 2023c.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.